

# Eleições legislativas 2024: é necessário um compromisso em tornar a luta contra a pobreza um desígnio nacional

*Na preparação de um novo momento eleitoral para a constituição de um novo Governo Nacional, a EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza gostaria de reforçar o seu apelo para que a luta contra a pobreza seja um desígnio nacional e que haja um compromisso sério e efetivo na concretização do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.*

*A luta contra a pobreza e o reforço dos direitos sociais devem ser prioridades políticas:*

A EAPN Portugal sempre defendeu e propôs uma ética humanista, uma ética que se fundamenta na dignidade da pessoa e que entende que as pessoas, sobretudo as que são vítimas de pobreza e de exclusão social, têm direitos e deveres e a sua dignidade deve ser respeitada e assegurada. Só assim será possível construir uma sociedade nova, verdadeiramente justa, baseada num novo contrato social.

*A pobreza tem múltiplas causas e ao longo dos anos Portugal não tem conseguido atacar essas causas o que origina, por um lado, variações pouco significativas nos números da pobreza e, por outro lado, que em períodos de crise económica e social assistamos a uma maior fragilidade das pessoas. A EAPN Portugal reitera a urgência de se definirem e implementarem respostas estruturais que visem combater eficazmente a pobreza e promover o desenvolvimento integral das pessoas.*

A intervenção política pública deve estar revestida de uma ética específica que assuma como prioritário o combate às causas estruturais da pobreza. A existência de pobreza impede o desenvolvimento e crescimento económico, para além de provocar profundas injustiças e desigualdades, violar os direitos sociais e provocar sofrimento às pessoas. É chegado o momento de, de uma forma partilhada, procurando um consenso alargado e máximos denominadores comuns (que deverão ir muito para além das orientações ideológico partidárias), Portugal definir uma **política de erradicação da pobreza**, revestindo a mesma de um conjunto de princípios éticos capazes de criar uma plataforma de entendimento congregando, partidos políticos, parceiros sociais, sociedade civil e todos os cidadãos portugueses.

*As próximas eleições legislativas são de extrema relevância. Sabemos que as decisões que forem tomadas nos próximos anos no que diz respeito à formulação de política pública vão influenciar as próximas décadas: **precisamos de um compromisso político e social que favoreça a equidade e a coesão social.***

Em 2021, **Portugal foi um dos Estados membros que reforçou o seu compromisso com o cumprimento das metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, sendo uma delas a redução do número de pessoas em situação de pobreza.** Com o Pilar, Portugal avançou com a definição de uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, cujo plano de ação está a dar os primeiros passos, mas que tem igualmente metas a cumprir até 2030. A Estratégia é um compromisso assumido por diferentes Ministérios, é o primeiro passo a dar para uma intervenção integrada no combate à pobreza tendo em vista uma melhoria das condições de vida das pessoas. É fundamental, a nosso ver, que esta Estratégia seja assumida pelo próximo Governo nacional como uma prioridade e seja alvo de recursos e investimentos claros na sua operacionalização.

A saúde, a educação, a formação, a habitação, o emprego, a cultura, a justiça e a intervenção nas famílias são fundamentais para garantirmos um futuro melhor às novas gerações, que se encontram neste momento muito fragilizadas. O combate à fraude e evasão fiscal, a aposta no salário digno assente em emprego digno, a garantia de esquemas de proteção social adequados que protejam os mais vulneráveis, a garantia de políticas de natalidade e de envelhecimento são alguns dos focos de ação prioritários que devem ser alvo de discussão pública agora e que devem prevalecer na agenda política do partido que vencer as eleições.

Agora mais do que nunca teremos de unir esforços, **trabalhar em rede** e assumir claramente que um dos problemas do nosso país é a desigualdade social e que teremos de utilizar todos os instrumentos financeiros neste momento disponíveis para debelar este problema. Há compromissos e metas assumidas com Bruxelas, e com impactos nacionais, que não poderemos deixar de cumprir. Compromissos esses que devem seguir o seu rumo e da parte da EAPN Portugal estamos disponíveis para colaborar com todas as forças políticas, na **defesa de uma sociedade mais justa e na defesa das necessidades dos mais desfavorecidos.**

Apelamos para que a campanha eleitoral e os debates públicos que se realizam ofereçam uma importante oportunidade para reduzir o alheamento e o distanciamento sentido por parte de muitos cidadãos e cidadãs em relação à própria Democracia, procurando mobilizar os mesmos para causas que verdadeiramente interessem ao país. **O exercício da Democracia é o melhor sinal de uma cidadania ativa e participada que não deve deixar ninguém de fora.**

A EAPN Portugal considera assim que **o combate à pobreza deve ser uma prioridade** nos programas eleitorais e uma prioridade no próximo período de governação. **A centralidade do combate à pobreza reflete-se na defesa dos seguintes pilares:**

- **Promoção de uma política de erradicação da pobreza que atue sobre as causas deste fenómeno, nomeadamente:**
  - elevado nível de desigualdade de rendimentos e desigualdade social

- um desenvolvimento económico baseado em baixos salários e numa forte precariedade laboral, assim como em baixos níveis de escolaridade;
  - fraco investimento na qualificação dos trabalhadores;
  - um sistema de proteção social incapaz de prevenir situações de pobreza e de quebrar ciclos de pobreza;
  - prestações e rendimentos que não proporcionam um rendimento adequado e digno às pessoas;
  - dificuldade em garantir o acesso a serviços de qualidade também eles essenciais para romper a transmissão intergeracional da pobreza;
  - a presença ainda enraizada de uma fraca participação cívica (quer por parte da sociedade civil quer por parte dos cidadãos) que se traduz numa fraca mobilização social por uma sociedade mais justa, mais transparente e sem espaço à corrupção;
  - dificuldade em implementar um novo modelo de intervenção assente no trabalho em rede, na participação das pessoas em situação de pobreza, no desenvolvimento integral das pessoas, entre outros.
- Reforço da **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** e que seja **defendida por todos os partidos e incluída nos programas eleitorais o compromisso com a implementação da estratégia**. O combate à pobreza é uma questão política que só será alcançada quando for efetivamente uma prioridade para todos os partidos.
  - **Defesa e reforço do sistema de proteção social**. Em Portugal a proteção social sempre teve uma ação central na redução da severidade da pobreza.
  - **Promoção e reforço dos direitos sociais**. O acesso à habitação, à saúde, à educação, à formação, ao emprego, à cultura, à justiça, deve ser amplamente protegido e reforçado.
  - **Defesa da família como eixo central de desenvolvimento da pessoa**, desde a nascença até à velhice.
  - **Reconhecimento da importância da participação dos cidadãos**, nomeadamente os mais vulneráveis, na procura de soluções mais adequadas às suas necessidades.
  - **Reforço do princípio da governação** reconhecendo o papel das organizações da sociedade civil na luta contra a pobreza e potenciando o seu espaço de participação na definição de política social.
  - **O combate à pobreza concretiza-se nos territórios e com base nas especificidades dos mesmos**. Por isso, a transferência de competências para as autarquias, CIM e para as CCDR é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada pois permite uma melhor apropriação e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. É importante mobilizar os territórios para a definição de estratégias locais/regionais integradas de combate à pobreza com base na participação dos vários atores locais (incluindo as próprias pessoas em situação de pobreza) e na proximidade às necessidades locais.

## ***O compromisso da EAPN Portugal e a Voz das pessoas que vivem em situação de pobreza***

Ao longo dos últimos 30 anos sempre estivemos disponíveis para contribuir com o nosso know-how, quer ao nível do diagnóstico dos problemas, quer ao nível da implementação de projetos inovadores que promovam o empowerment das populações e que favoreçam a participação dos próprios.

*A luta contra a pobreza só será eficaz se os mecanismos de governação incluírem uma **participação efetiva das pessoas em situação de pobreza**, em toda a sua diversidade. Desde o início da nossa intervenção assumimos um compromisso com as pessoas e é esse o compromisso que pedimos na próxima legislatura.*

Sempre estivemos disponíveis no diálogo político e em colocar em espaços como a Assembleia da República a voz das pessoas mais vulneráveis, aquelas que lutam diariamente para sobreviver ao flagelo da pobreza. **A participação é uma das condições fundamentais para o sucesso do combate à pobreza e para a concretização do princípio da subsidiariedade.** É com as pessoas e também com as entidades de economia social que temos construído o nosso caminho na defesa dos Direitos Humanos e é com elas que o próximo Governo deve também construir pontes.

*Portugal não tem tempo para desperdiçar recursos e torna-se imperativo que exista um amplo consenso social e político acerca da visão que queremos para o futuro. A EAPN Portugal considera que é chegado o momento de implementar mudanças estruturais a longo prazo e de colocar as pessoas no centro das políticas.*

EAPN Portugal  
Porto, fevereiro 2024